

Resgate poderia ser maior

BRASÍLIA — Se o governo dispusesse de recursos, poderia recomprar, até o final do ano, pouco mais de Cr\$ 3 trilhões em títulos da dívida pública. Esse é o total de papéis que ainda não tiveram alongados seus prazos de resgate. Outros Cr\$ 3,2 trilhões passaram pelo processo de alongamento, nos primeiros 30 dias após a decretação do Plano Collor e, por isso, não poderão ser recomprados antes de setembro de 1990.

Aqueles Cr\$ 3,2 trilhões estavam vinculados a operações de curtíssimo prazo no overnight no dia 16 de março, data do início do Plano. Para acompanhar o congelamento das aplicações no over, os papéis tiveram os prazos de resgates ampliados

para 18 a 29 meses. Poderiam, portanto, ser recomprados entre setembro de 1991 e setembro de 1992.

Outros Cr\$ 3,9 trilhões de títulos públicos não lastreavam operações no over em 16 de março deste ano, e, por isso, passam por um processo mais lento de alongamento dos prazos de vencimento. Na medida do vencimento — num cronograma que se prolongará até o início de 1991 —, o governo estende os prazos dos papéis antigos, trocando-os por novas LFTs e BTNs.

Quase Cr\$ 900 bilhões já tiveram seus vencimentos alongados. Outros Cr\$ 3 bilhões passarão ainda pelo processo. É ao longo da fixação dos novos prazos que o governo recomprará títulos da dívida mobiliária.